



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de sanção de
projetos de Lei da Reforma Agrária e entrega
de cadastro de assentamentos rurais*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 23 DE DEZEMBRO DE 1996

Senhor Ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann; Senhor Ministro Clóvis Carvalho; Senhor Reitor da Universidade de Brasília, Professor Todorov; Senhor Presidente do Incra, Nestor Fetter; Senhores Universitários que aqui se encontram; Senhoras e Senhores;

Hoje, antevéspera de Natal, nós estamos aqui ainda trabalhando, porque o Brasil tem urgência, necessita de velocidade na resolução dos seus problemas. E me parece muito significativo que estejamos aqui, hoje, assinando leis fundamentais para a reorganização fundiária do Brasil e para acelerar o processo de reforma agrária.

Confesso que não podia imaginar, há alguns meses, que o Governo tivesse condição para acelerar, no ritmo em que foi acelerado, o processo de assentamento rural e obter do Congresso Nacional a aprovação dos diplomas legais que acabo de sancionar e que modificam, em aspectos centrais, a ordem legal no que diz respeito ao processo de reforma agrária e ao processo de cobrança do Imposto Territorial Rural.

Isso foi possível, primeiro, porque a sociedade se mobilizou, e, nesse sentido, é uma vitória de todos. Acho que, num caso dessa natureza e

com um governo como o meu, que não se preocupa em atender a partidários, pois é um governo que se preocupa em atender aos interesses do País, o primeiro registro é o de dizer que foi o conjunto do País que desejou a reforma agrária. Isso não me surpreende e nem encontra qualquer outro gesto de nossa parte senão o de apoio, até porque o programa de governo proposto na campanha eleitoral incluía como item importante acelerar o processo de reforma agrária.

Mas isso foi possível não só porque a sociedade desejou: foi possível também porque o Congresso, com longas discussões, assumiu como tarefa sua, como agenda própria, a renovação de diplomas legais que implicam acelerar a reforma agrária. Alguns são muito importantes. A questão do acompanhamento, por parte do Ministério Público, de todos os processos de desapropriação tem um significado importante, porque, como toda gente sabe, o Ministério Público independe do Governo, do Executivo. Ele zela pelo cumprimento da lei em nome da sociedade.

Então, é muito relevante, porque é um dado de isenção em todo esse processo. E isenção não quer dizer *parti pris*, não quer dizer estar do lado de alguém contra outros; mas é querer saber se o processo está sendo feito de acordo com os ritos que a Constituição e as leis do País proclamam como necessários. Portanto, é algo muito significativo para todos nós.

Por outro lado, existe um outro diploma que é, talvez, de importância estratégica ainda maior, que é o que diz respeito ao chamado rito sumário. Esse projeto foi enviado pelo Governo há algum tempo. Foi iniciativa minha, não foi de outrem, e nem foi num momento em que houvesse demanda nesse sentido – é bom que se diga com clareza. O Ministro era Andrade Vieira, e nós enviamos ao Congresso esse projeto de rito sumário.

Digo isso porque, convém que se registre, a história não se faz apenas por aqueles que, no último momento, estão participando dela; é um processo. O Governo se empenhou, já há algum tempo. A reação inicial foi muito negativa. Na verdade, os movimentos mais barulhentos em torno da reforma agrária quase que a desfaziam. Apoiavam a

iniciativa só no sentido de dizer: “Olha, está vendo? Eles não vão conseguir, a base do Governo não vai dar sustentação, a base é conservadora.” Visões superficiais daqueles que não entendem que, quando um país muda, muda com todos, não muda só com alguns.

A arte da política está em fazer com que aqueles que são contra se tornem favoráveis. Política não é contabilidade, quem é a favor, quem é contra. Isso é estático. Política é você mover os que são contra para que eles se tornem favoráveis. E, quando os move, isso não pode ser feito de maneira autoritária, dizendo “Ou faz, ou, então...” Não, tem que convencer, e, nesse processo de convencimento, há um ajustamento; não se obtém tudo que se deseja no primeiro momento, é preciso que haja um ajustamento. Democracia é isso.

Na medida em que formos ajustando esse processo, vamos convencendo setores que inicialmente eram contra: eles acabam ficando sem alternativa a não ser a de tornarem-se a favor. E nós conseguimos obter a aprovação por unanimidade do processo do rito sumário no Senado da República.

Isso mostra que, bem conduzido, um processo de negociação política dá frutos; mostra que a intolerância em política não leva a nada a não ser ao radicalismo, que penaliza os interesses em nome dos quais se radicaliza. Nós não estamos nessa fase no Brasil. Nós estamos numa fase de construção, porque a sociedade está permeável ao novo, à construção.

Cabe aos que têm o controle político do processo, precisamente, criar um espaço de negociação, à condição de que essa negociação não seja por baixo do pano e não seja para frustrar os desejos efetivos da população mais carente, que é a que necessita da reforma agrária.

Então, acredito que foi um avanço democrático muito grande. Mas isso também – devo dizer com toda a clareza – só foi possível pela energia, dedicação e empenho do Ministro Raul Jungmann, que foi extraordinário. Nós, aqui, somos todos testemunhas disso. Ele se dedicou com muito afinco, assumiu com convicção a sua tarefa, discutiu, quando foi necessário, colocou limites – porque quem governa coloca, no momento necessário, limites em nome da lei e dos interesses maio-

res do País – e soube também transigir, quando foi necessário, para que da transigência resultasse um avanço, e não um recuo.

Estendo este agradecimento a todos os que trabalharam no Incra, porque eu sei das dificuldades, que são imensas, nesse processo.

É verdade que nós temos estruturas burocráticas que, muitas vezes, entorpecem os processos. Mas é verdade, também, que há muita gente que se dedica com muita competência, com muito desprendimento e deseja, efetivamente, que as coisas aconteçam, deseja as transformações.

De modo que o Ministro Raul Jungmann está de parabéns e também a sua equipe no Incra; e aquelas centenas, senão milhares de pessoas que, anônimas, trabalham para que as coisas possam acontecer.

Acredito, por outro lado, que o fato de termos conseguido, pelo segundo ano consecutivo, realizar as metas é o resultado disso, de seriedade, de disposição e de competência. Senão, não se consegue.

É claro que vão contestar os números. Aí, é uma questão política. Tem gente que contesta tudo; se não contestarem, desaparecem; não têm condição de fazer; então, contestam. Mas aí estão os dados. A imprensa, no ano passado, já os teve à disposição. Não olhou porque não quis, se é que alguns não olharam. Devem ter olhado. Aqui estão, à disposição, de novo. Podem ver. Se estiverem errados, pois nos digam, porque o que queremos é corrigir. Os critérios são os mesmos de sempre, a contagem se faz por critérios que são os mesmos. Não se mudou o modo de contar para dizer que se fez 60 mil ou... Não. Estão aí.

Então, isso é bom que vejam, porque o que não cabe é, depois: “Ah, mas Fulano disse que não é assim.” Está aí. Se não for assim, é o Governo que tem que dizer: “Não. Errei. Vou mudar. Não fiz o que pensava.”

Nós, aqui, estamos apresentando à sociedade os números. Agora, vamos assentar os que necessitam de terra – não somente um setor que esteja eventualmente ligado a um movimento. Não, não. O Brasil não é de um movimento: é de todos os brasileiros que necessitam de terra. E vamos assentar, progressivamente. Se pudermos assentar mais, melhor. Agora, não somos demagogos, não fi-

camos dizendo que vamos fazer o que não podemos. Esses números que nós colocamos no programa de campanha foram fruto de análise; por isso, é possível fazer. Se eu dissesse que vou assentar um milhão, estaria mentindo: não temos condição técnica nem recursos para assentá-los e, talvez, não tenha nem essa gente para ser assentada, porque os números que se usam, aí, com muita liberalidade não correspondem a uma análise efetiva. E, aí, entra a parte de vocês, da universidade, dos estudantes, porque estão fazendo um levantamento, de boa-fé, para ver o que está acontecendo nos assentamentos.

É um pouco precipitado dizer que tudo é fracasso. Não é verdade: tem assentamento que funciona e tem assentamento que não funciona, como tudo na vida e na sociedade. Por que é que não funciona? Vamos examinar, vamos ver, vamos trabalhar.

Felicito Goiás e a Universidade de Brasília, porque são os que estão perto de terminar o censo que está sendo feito no Brasil todo. Estará pronto em janeiro e é feito pelos jovens, pelos estudantes, que não têm outro interesse, suponho eu, senão o de verificar o que há de bom, o que há de errado, como é que a gente melhora, como é que a gente pode avançar.

Sem mobilização não se muda uma sociedade. Lei é muito importante. Acabo de assinar algumas das mais importantes e, talvez a mais importante deste ano – e olhe que, neste ano, nós assinamos muita lei importante no Brasil. Já tive a oportunidade de agradecer ao Congresso e o fiz, não porque tenha interesse nisso ou naquilo, mas porque é verdadeiro e porque o Congresso realmente atuou muito. Agradei, várias vezes, por várias leis muito significativas.

Esta tem um significado simbólico. Estamos pegando a população mais sofrida do Brasil, a que menos pode falar. Outros falam por ela e, às vezes, falam bobagem. Mas a que mais precisa, efetivamente, de uma mudança é essa parte da sociedade, esse segmento dos que nunca tiveram vez e voz e hoje começam a ter vez e voz, não só porque têm voz – e devem ter mesmo – por meios próprios, mas porque têm eco, encontram eco no Congresso e no Governo.

Então, eu acho que, realmente, sobretudo agora, a questão do Imposto Territorial Rural mostra, pela primeira vez, que foi possível aprovar leis que penalizam a terra improdutiva. Quer dizer, o latifúndio improdutivo não encontra mais guarida nas leis brasileiras. Vai ser difícil cobrar o imposto? Ah, vai. É difícil cobrar o imposto de todo mundo, mas desse pessoal vai ser muito mais difícil. O Governo estará preparado para isso? Tem que se preparar e tem que estabelecer cooperação com os prefeitos, com os governadores. Mas não há mais desculpa, nem dos que não querem pagar e nem de quem tem que cobrar e não cobra. Vamos fazer isto: vamos cobrar.

Isso vai diminuir mais ainda o valor da terra? Vai. É ruim? Não, isso é bom. É bom porque o que tem que valer na terra é o trabalho, é o capital produtivo, é o equipamento, é o adubo. Isso é que tem que valer, não é a terra em si. Essa é, aliás, uma das vantagens dessa nova sistemática de cobrança do Imposto Territorial Rural: é que ele vai também facilitar as coisas para aqueles que querem terra para produzir.

Claro, algumas pessoas, algumas famílias, algumas empresas vão dizer: "Ah, meu ativo se desvalorizou." E daí? Foi bom para o País. Desvalorizou o quê? Que ativo é esse? Um ativo que você não valoriza não serve para nada, só para botar na contabilidade que a sua propriedade tem tal e qual valor. Não adianta nada. Tem que ter é produção.

Então, é um elemento muito importante de modernização da nossa vida no campo e que, todo mundo sabe, era muito difícil de se fazer, porque sempre se disse que os latifundiários é que manobravam a política — a bancada latifundiária. Cadê a bancada latifundiária? Ela só existe quando não há um governo determinado, quando ele não tem capacidade de somar outras forças, porque, na hora em que fica só, aquele que vai defender o latifúndio improdutivo não tem nem coragem de ir à tribuna para isso. Ele só tem essa coragem quando disfarça o seu interesse, dizendo que é o interesse de terceiros, é a lei que está sendo atropelada. Por isso é que é ruim, daqui por diante, haver atropelo na lei. Se começa a haver ocupação desnecessária de terra, vai-se dar argumento àqueles que não querem mexer na situação e coloca-se o Governo prisioneiro de uma armadilha. Não precisa mais. Precisa é

fazer com afinco a transformação do Brasil e mostrar que, realmente, os famosos latifundiários não eram, mas viraram – vou usar uma expressão que se usou no passado – tigres de papel. São tigres de papel. E tigre de papel não mete medo a ninguém.

Mas nós não estamos num momento de meter medo a ninguém: estamos num momento, ainda mais agora, pré-natalino, é de realmente comemorar, dizer que este trabalho, materializado nessas pilhas de papel, de folha de computador, é um trabalho extraordinário, um trabalho de que o Brasil precisa e que se deve, repito e termino assim, em primeiro lugar ao próprio povo brasileiro, que se organizou, que se manifestou – e aí estendo a todos, repito, esse reconhecimento, mesmo aos que são sempre do contra: eles, sem saber, às vezes ajudam.

Agradeço muito especialmente ao Ministro Jungmann e a sua equipe e, em nome dos colaboradores do Palácio também, agradeço as palavras do Ministro Jungmann: não sei se posso falar pelo Clóvis, mas é verdadeiro que a turma dá um duro danado para conseguir – até à última hora está trabalhando – fazer o Brasil progredir.

Muito obrigado a vocês